

Pactu

CUT Brasil

CNB Brasil

fetec/PR

ANO VII - Nº 79
Novembro 2003

Jornal destinado aos trabalhadores em bancos, produzido e custeado pelos sindicatos dos bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama e Guarapuava

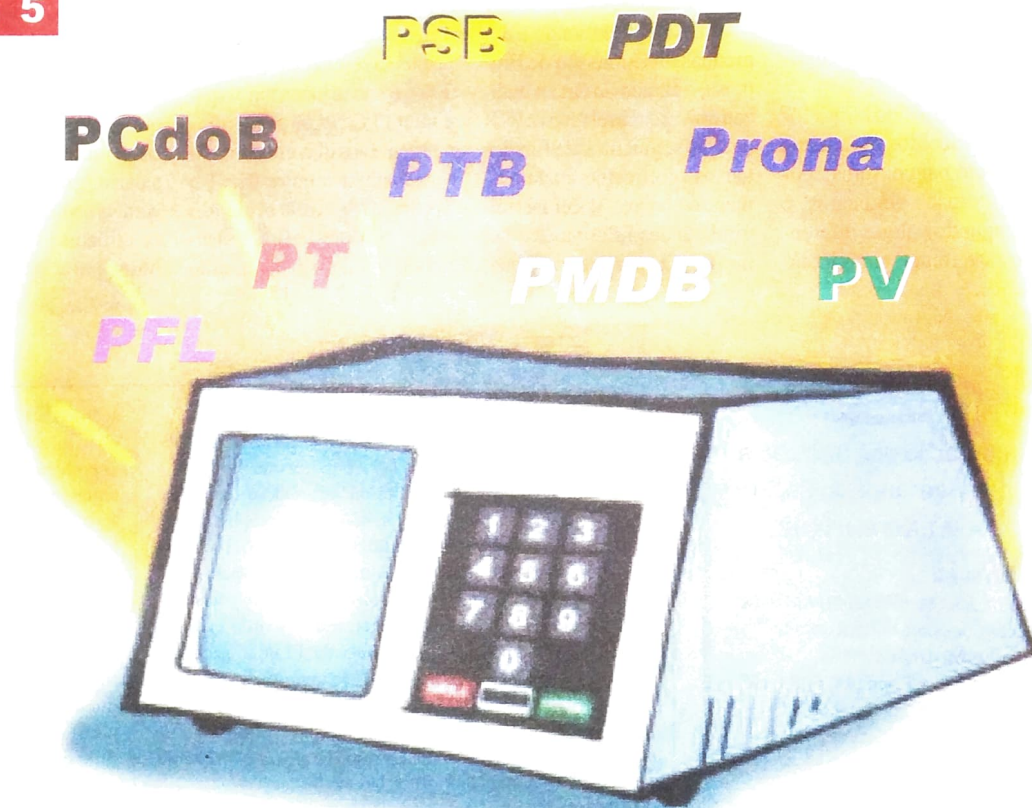
REFORMA POLÍTICA

Como ela vai interferir na sua vida?

PÁGINAS 4 e 5

BB E CAIXA
Ações fora do Acordo
Página 2

Itaú, campeão de lucro e de desrespeito aos trabalhadores
Página 3



Bradesco, Itaú, Unibanco e HSBC mudam pra pior os planos de saúde
Página 3

FÉRIAS NA PRAIA: Convênio com Associação Banestado beneficia bancários filiados
Página 6

“Todas as Letras” vai alfabetizar 300 mil jovens e adultos
Página 8

Campanha Salarial

BB e Caixa implementam ações fora do Acordo

BÔNUS - A Comissão de Empresa dos Empregados do Banco do Brasil registrou o descontentamento de funcionários da gerência média, com relação ao bônus de 20% pago a gerentes.

Os gerentes intermediários se sentiram traídos pelo banco, pois haviam sido informados pelo BB que também receberiam o bônus e, no final, foram excluídos do pagamento. Essa situação causou grande constrangimento em muitos gerentes.

Os critérios do bônus foram estabelecidos unilateralmente pelo banco, sem negociação com os sindicatos, e vem pagando valores diferenciados a gerentes, superinten-

des e executivos. A Comissão de Empresa exigiu que o BB informe aos funcionários que o bônus não consta do Acordo Coletivo.

No entender da Comissão de Empresa, a solução é a negociação coletiva de todo o valor atribuído para pagamento da PLR, sem o pagamento de adicionais a quaisquer segmentos.

PLR - Atendendo a demandas da Comissão de Empresa, o Banco do Brasil realizou dois acertos relativos à PLR de dois segmentos de funcionários, conforme esclarecimentos abaixo. As demais reivindicações relativas à PLR não foram atendidas pelo banco.

co.

AFASTADOS POR LICENÇA saúde

até 31/12/2002 - Aos afastados por licença saúde,

acidente de trabalho, licença maternidade e licença adoção, que estavam afastados em 31/12/2002 e que retornaram ao trabalho durante o primeiro semestre de 2003, o banco havia feito o pagamento da PLR proporcionalmente aos dias efetivamente trabalhados entre 01/01 e 30/06/2003, interpretando restritivamente o acordo. Atendendo a pedido da Comissão

de Empresa, o banco fez o acerto na semana passada, e pagou a PLR integral a estes companheiros, desde que tenham trabalhado pelo menos um dia no semestre.

Os gerentes intermediários se sentiram traídos pelo banco

HORAS EXTRAS HABITUAIS

- O banco deu tratamento diferenciado aos detentores de horas extras habituais. Para aqueles que tiveram as horas extras incorporadas definitivamente ao salário (grupo 1) e que exercem jornada de 6 horas, o banco utilizou a verba relativa às horas extras na base de cálculo

na PLR e corrigiu o pagamento, pois estas horas extras constituem "verba fixa de natureza salarial", conforme prevê o Acordo Coletivo.

Para os funcionários que têm assegurada a prestação de duas horas extras todo dia, e que exercem de fato a jornada de 8 horas, o banco não utilizou as duas horas extras na base de cálculo da PLR, pois interpreta que estas horas extras não constituem "verba fixa de natureza salarial", conforme prevê o Acordo, pois o trabalho extraordinário pode ser interrompido a qualquer momento.

A Comissão de Empresa não concorda com esta interpretação e insistirá na correção.

PACTU

Publicação dos Sindicatos dos Bancários do Pactu

CONSELHO EDITORIAL

Paranaíba:

Neil Emídio Júnior/Fone (44) 423-3402
E-mail: seebpvai@ibest.com.br

Campo Mourão:

Nivaldo Simoni/Fone (44) 523-3492
E-mail: seebcmcut@uol.com.br

Toledo:

Lucia B. Vogt/Fone (45) 252-1851
E-mail: sbtr@uol.com.br

Umuarama/Assis

Chateaubriand:
Wilson de Souza/Fone (44) 622-1979
E-mail: seebumu@adsturbo.com

Guarapuava:

Elói Myska/Fone (42) 623-1371
E-mail: seebgpva@brturbo.com.br

Redação e projeto gráfico: Joel Guedes

Tiragem: 2.800 exemplares

CAIXA

MUDANÇA UNILATERAL NO ACORDO DA PLR

- No dia 14/11, a Comissão Executiva dos Empregados da Caixa contestou informação da Caixa, que tenta transferir para a representação dos empregados a responsabilidade pela não assinatura do acordo específico referente à PLR, que estava inicialmente prevista para o último dia 12 de novembro. No boletim "Urgente", veiculado no dia 13/11, a empresa afirmou que o acordo coletivo de 2003/2004 contempla a cláusula da PLR da seguinte forma: 1) parte fixa de R\$ 650 - pagamento de 50% em novembro de 2003 e o restante em março de 2004; 2) suplemento de 80% da remuneração básica (exceto CTVA) desse total, 40% pagos em novembro deste ano e o restante em março de 2004.

A CEE reiterou que o acerto feito em mesa de negociação e aprovado pela maioria das assembleias em todo o país, prevê pagamento da primeira parcela da PLR de 50% do valor fixo e 50% do valor variável. E mais: "A CEE reitera ainda que, caso não seja viável o crédito da primeira parcela da PLR no próximo dia 20 de novembro, a responsabilidade por isto cabe inteira e exclusivamente à direção da empresa, que alterou de maneira unilateral a proposta negociada com a representação dos empregados". A CEE/Caixa classifica de inadmissível a atitude do banco de mudar o

acordo da PLR, especialmente por levar ao rompimento do que foi acertado em mesa de negociação e aprovado nas assembleias realizadas em todo o país. Afirmo ainda que a representação dos empregados continua aberta ao diálogo e aguarda que a direção da empresa reveja sua postura. Até o fechamento desta edição a Caixa ainda não havia se pronunciado.

TERCEIRIZAÇÃO - A regularização de pendências trabalhistas e o processo de terceirização de serviços previstos na resolução nº 322 da Caixa foram objetos de debates durante reunião realizada em Brasília. A reunião, solicitada pela Procuradoria Geral do Trabalho, teve o objetivo de definir um acompanhamento no processo de terceirização da Caixa.

A resolução modificou os critérios para composição da força de trabalho da empresa, com a finalidade de restabelecer o uso de estagiários, impedir a utilização de bancários temporários em processos perenes e aprovar uma política de terceirização de serviços, entre outras mudanças. Ao final da reunião, os procuradores Sebastião Vieira Caixeta e Rodrigo de Lacerda Carelli foram designados para acompanhar o andamento do projeto de terceirização de serviços na Caixa, assegurando assim que a atividade-fim da empresa não seja atingida.

HSBC

ESTAGIÁRIOS - O principal executivo do HSBC no Brasil, Edmilson Alonso, admitiu que o banco não terá mais estagiários exercendo a função de bancários em suas agências. O banco, porém, continuará contratando os estagiários para trabalharem em suas matrizes, em departamentos onde há espaço para estágios. A decisão do HSBC, segundo Alonso, foi motivada por ação no Ministério Público e discutida em seminário no dia 13 último.

Adilson Stuzata, presidente da Fetec Paraná e coordenador da COE do HSBC, afirmou que "o banco vinha desvirtuando o estágio, ou seja, os estagiários estavam orientando filas, entregando talões de cheque". "Sendo assim, não havia nenhuma relação entre o estágio e o aprendizado acadêmico", completou Stuzata. A comissão solicitou ao executivo o adiamento da 2ª parcela da PLR para janeiro. De acordo com a Convenção Coletiva, assinada pelo banco, o HSBC tem até 3 de março para depositar a 2ª parcela da PLR aos funcionários. O Part Time e a questão da complementação das aposentadorias, e os problemas com a seguradora Sul América fizeram parte das discussões de seminário que aconteceu nos dias 12 e 13/11.

APOSENTADORIA ABAPA - O HSBC propôs uma migração de plano de aposentadoria aos bancários contratados até 4/05/1977 pelo Bamerindus e que possuem o Abapa (Abono Permanente ao Aposentado Bameridiano). A intenção do banco é que os cerca de 1.000 bancários que ainda possuem o Abapa mudem para a modalidade PGBl (forma de previdência privada capitalizada). Para a CNB-CUT e seus sindicatos, esse processo de migração traz uma série de prejuízos aos bancários. Sugerem aos bancários do HSBC para que não cedam às pressões e, caso queiram, procurem o seu sindicato ou uma assessoria técnica para uma boa avaliação.

HSBC e Itaú são parecidos

Os bancários do HSBC sofrem com a falta de médicos, clínicas e laboratórios, credenciados à Sul América Seguros no interior do Paraná. Os bancários do Pactu têm se deslocado a Maringá ou Cascavel, onde encontram mais serviços conveniados a esse seguro. A outra opção é o reembolso que depende da boa vontade de estabelecimentos e profissionais da saúde. Isso quando os mesmos não fazem parte de uma cooperativa médica e não dão chance a um outro plano concorrente. Os sindicatos têm cobrado do Recursos Humanos do HSBC, o credenciamento de tais serviços.

ITAÚ - Assim como os bancários do HSBC, os do Itaú padecem com o mesmo problema. Levam uma pequena vantagem, uma vez que o plano é mais barato, a cobertura é melhor, pois inclui o odontológico, tem um Comitê com participação dos empregados e as diretrizes do novo Plano de Saúde constam em Acordo Coletivo.

ITAÚ

TERCEIRIZAÇÃO - A empresa Spread, que presta serviços de telefonista para o banco Itaú, acaba de jogar no lixo os direitos trabalhistas dos seus funcionários. Todas as telefonistas da terceirizada que trabalhavam no Itaú foram demitidas e a Spread ofereceu o emprego de volta para todas, desde que abram mão do vale alimentação, refeição e do convênio médico. Além desta afronta aos direitos do trabalhador, a empresa ainda colocou outra condição para a recontração: o empregado deve abrir mão de parte do montante dos direitos que deveria receber da empresa. Para o secretário geral da CNB/CUT, Carlos Cordeiro, a atitude da empresa é um crime. "Nós estamos entrando em contato com o Itaú para reverter as demissões da sua terceirizada. O banco prega tanto a responsabilidade social em suas propagandas, que não pode permitir um desrespeito deste com empregados que trabalham dentro do próprio banco", comentou. Além

da retirada dos direitos trabalhistas, os clientes também serão prejudicados, já que a qualidade dos serviços deve cair muito.

DENÚNCIAS - Os sindicatos do Pactu têm recebido denúncias anônimas de bancários do Itaú, onde os mesmos reclamam das condições de trabalho. Alegam estarem trabalhando em duas ou três pessoas para tocar uma agência e, às vezes, não têm tempo para almoçar ou ir ao banheiro. As mesmas denúncias dão conta que além do trabalho estafante, os funcionários trabalham oito horas, quando deveriam trabalhar só seis horas. Não é à toa que o Itaú é o campeão de lucro (R\$ 2,300 bilhões) de novo, nos nove primeiros meses deste ano. Mas também, por este comportamento, continuará como o campeão dos bancários com doenças adquiridas no trabalho, pelo menos na base do Pactu.

BRADESCO

SAÚDE - Bancários do extinto Mercantil são discriminados pela instituição, que promoveu alterações unilaterais no plano de saúde excluindo todos os agregados a partir do próximo mês. A partir do dia 1º de dezembro, os funcionários do extinto Mercantil (comprado pelo Bradesco em janeiro de 2001) passarão a utilizar o seguro Bradesco Saúde, que não dá direito à inclusão de agregados. O plano de saúde dos bancários do Mercantil permite adicionar pai e mãe a um custo irrisório para o segurado titular. A alteração do seguro-saúde foi feita de forma unilateral pelo Bradesco, que vai excluir todos os agregados do plano dos bancários do Mercantil.

A atitude do banco está sendo duramente criticada pelos sindicatos e também pelos funcionários, principalmente por estar provocando grandes prejuízos aos familiares. Para os sindicatos, o episódio mostrou o quanto o banco está sendo desrespeitoso. Há um ano a CNB-CUT reivindica que o banco apresente alternativas ao plano. No entanto, a direção da empresa não apresentou nada de concreto e agora simplesmente anuncia a mudança. A CNB-CUT e seus sindicatos vão tomar as medidas cabíveis para garantir que os direitos dos funcionários sejam preservados. Ações políticas e jurídicas serão estudadas na tentativa de reverter a situação.

ASSÉDIO - Os bancários do Telebanco, Haroldo Rocha e Rubens Blanes, estão denunciando o subgerente de Cartão de Crédito, Valdemir José da Silva, de praticar assédio moral. Os funcionários, que concorrem à Cipa na próxima semana e contam com o apoio do Sindicato, enviaram carta à entidade na qual é relatado que, entre os procedimentos inadequados de Valdemir, está o modo como ele adverte os bancários - aos berros e na frente de outros funcionários -, a troca unilateral do horário de equipes e a imposição para cumprir meta diária de vender três produtos. "São procedimentos que nada contribuem para o ambiente de trabalho. Além disso, o assédio moral é crime", adverte Rocha. O sindicato de São Paulo está tomando as devidas providências. Fica o alerta aos bancários do Pactu: assédio moral e sexual é crime. Denuncie ao seu Sindicato.

Unibanco

PLANO DE SAÚDE - A CNB-CUT e a Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Unibanco se reuniram no dia 14/11, com a direção do banco para discutir plano de saúde, PPR e previdência complementar. O banco se dispôs a construir, em conjunto com os funcionários, um novo plano, a exemplo do que ocorreu no Itaú. O COE reivindica parâmetros como a universalidade, cobertura nacional, e que seja acessível a todos com plano básico sem custos; adequação à Lei dos Planos de Saúde que garanta tratamento para doenças crônicas e outras, e inclusão de terapias para doenças ocupacionais; gestão e acompanhamento do plano; manutenção para aposentados e demitidos, plano sem co-participação, entre outros. O banco se comprometeu em estudar as reivindicações e ficou de dar resposta numa próxima reunião, que deverá acontecer ainda neste mês de novembro.

Na avaliação da COE, a atitude do Unibanco é positiva, pois há cinco anos os funcionários tentam mudar o plano de saúde. "Queremos agora garantir avanços e permitir mais acesso ao plano e melhor qualidade na rede credenciada", destaca Reginaldo Batista da Silva, diretor do Seeb São Paulo.

PPR - O banco afirmou a intenção de mudar o PPR, que não foi pago no último semestre. Está propondo a eleição de uma comissão nos moldes da lei 10.101/00, que regula o pagamento de participação em lucros e resultados. Porém, já anunciou a intenção antes de qualquer discussão com a CNB-CUT. O banco ficou de detalhar o que realmente quer desta Comissão para acompanhar o PPR.

Reforma Política: ela tam

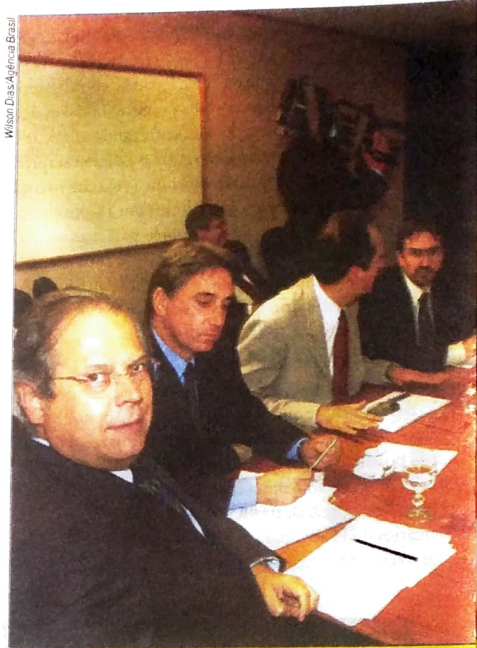
Você que está lendo este jornal agora, provavelmente é uma pessoa que procura se informar sobre o que acontece à sua volta e reflete no seu trabalho, em casa, nas finanças e na qualidade de vida sua e da sua família. Você sabia que a nossa qualidade de vida depende, em grande parte, das pessoas que ocupam os poderes Legislativo e Executivo, ou seja, dos políticos? É verdade. Muito tempo atrás o conhecido pensador alemão Bertold Brecht já havia escrito no seu famoso poema "O Analfabeto Político", que é das decisões políticas que dependem os preços do arroz, do feijão, do leite e do pão. Mas não é só isso: também dependem o nosso emprego, a saúde, a educação e o bem estar nosso e da nossa família. Portanto, se um país tem bons políticos e uma legislação coerente, estão assegurados muitos benefícios à população. É por isto que a Reforma Política, que começa a caminhar no Congresso Nacional, é interessante e vai mexer com todos nós. Veja, por exemplo, que a imprensa deu amplo destaque ao recente troca-troca de legenda de parte dos parlamentares, na Câmara dos Deputados. Mas esse fenômeno não é novo: a cada nova legislatura, que coincide também com a posse de um novo governo, ocorre um intenso movimento de troca de partidos. Os cientistas políticos explicam esse fenômeno pela tendência ao governismo. Ou seja, para muitos desses parlamentares é mais vantajoso pertencer a uma bancada governista do que militar na oposição. Isto se chama infidelidade partidária e é um dos principais pontos da Reforma Política que vem sendo preparada no Congresso Nacional.

Muita coisa precisa ser mudada. A boa notícia é que o plenário da Câmara poderá votar ainda este ano a proposta de Reforma Política que vem sendo debatida por uma Comissão Especial no Congresso. Além da fidelidade, estão na pauta: domicílio eleitoral e filiação partidária, sistema eleitoral, coligações, propaganda eleitoral, pesquisas e causas de inelegibilidade, entre outros. Vale lembrar que essa reforma não interessa apenas e não atinge somente os partidos políticos, propriamente ditos. Diversos segmentos da sociedade, como as centrais sindicais, também têm propostas a apresentar. Há um consenso de que a Reforma Política deve acabar com os partidos de aluguel, coibir as facilidades no que se relaciona ao domicílio eleitoral e adotar o voto distrital. Com essas, devem vir medidas que evitem aos ocupantes de cargos, eletivos no poder legislativo se candidatem a outros cargos sem abrir mão do cargo que detém na oportunidade. Da forma como está, passa a imagem de um macaco com as mãos em dois galhos: perde um, mas garante outro.

O custo político da infidelidade

A Comissão especial da Reforma Política já definiu o roteiro de debates sobre os temas que compõem a reforma. O primeiro item será a fidelidade partidária. O conceito de infidelidade partidária se refere ao fenômeno de troca de um partido por outro. Evidentemente que qualquer filiado de um partido deve ter o direito assegurado de poder filiar-se a outro partido. Mas, em se tratando de parlamentar, a relação é diferente. Sendo assim, no item fidelidade a Reforma Política deve estabelecer que o mandato pertence ao partido, e não ao candidato eleito. Ou seja, se trocar de partido, perde o mandato. O exemplo existe e funciona no PT, que já incluiu este princípio em seu estatuto.

Wilson Dias/Agência Brasil



Na reforma, com o fim da fidelidade partidária, o voto terá mais valor e as negociações serão firmadas em círculo, diminuindo bastante

Campanha com dinheiro público

Outro importante item da reforma, e que deve constar do projeto do governo, é o financiamento público de campanha política. Atualmente, qualquer cidadão, empresa ou grupo econômico podem ajudar financeiramente a eleger seus candidatos, o que é uma porta aberta

para a corrupção. O problema é que, depois de eleitos, esses parlamentares ficam comprometidos com os seus colaboradores, formando os conhecidos lobbys no Congresso Nacional, o que é prejudicial ao conjunto da sociedade.

Com o financiamento público da campanha seria

diferente, pois, em primeiro lugar, a população saberia quanto cada partido estaria gastando com seus candidatos.

Os recursos seriam previstos no Orçamento da União; a responsabilidade recairia sobre os partidos, aos quais seriam repassados os recursos – e não aos can-

Bém vai mexer com você!

Novas regras para as Listas e Coligações

Com relação às listas partidárias, duas propostas estão sendo cogitadas: a primeira propõe uma transição da eleição de 2002 para as próximas eleições proporcionais, em 2006. As listas seriam ocupadas em primeiro lugar pelos deputados originários do partido, eleitos em 2002, de acordo com a ordem decrescente dos votos que obtiveram.

Em seguida, os suplentes efetivados comporiam a relação e logo após os que migraram de outros partidos políticos. As vagas restantes seriam ocupadas por indicação dos delegados dos partidos.

Atualmente as listas são abertas e o voto é nominal no candidato. Por este sistema prevalece o voto de legen-

da e não nominal no candidato.

A outra proposta é a de lista mista, pela qual metade dos candidatos seria definida por um ordenamento hierárquico decidido pelo partido e metade dos candidatos se elegeria pelo sistema atual, ou seja, com voto nominal.

Ainda de acordo com a proposta, as mulheres participam da lista com cota mínima de 30%, com direito a 20% do total do tempo de veiculação dos programas de rádio e tv.

Com a existência das listas desaparece a coligação partidária nas eleições proporcionais, amntendo-se apenas para as eleições majoritárias (Presidente, Governador e Prefeito).

As outras mudanças, mesmo que aprovadas em 2003, não valerão para as eleições municipais de 2004.



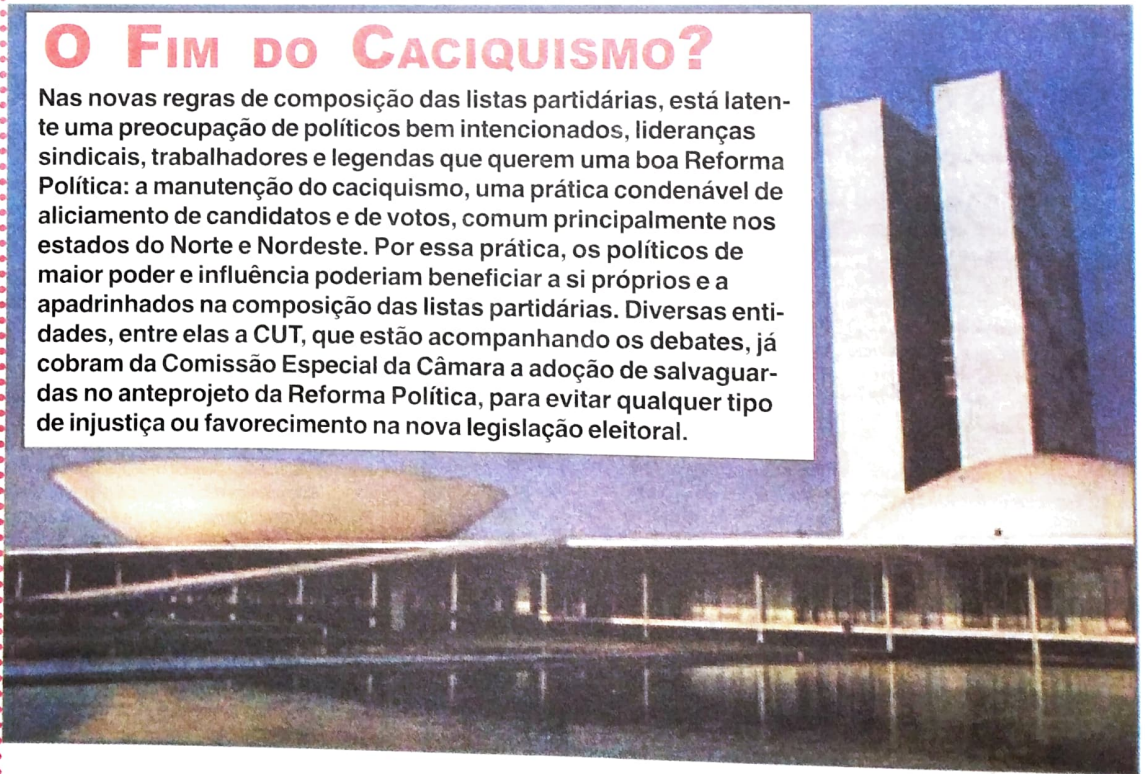
...alismo da
...eleitor tem
...políticas
...de projetos,
...logismo

É melhor?

...didatos, e seria composta
...uma comissão para fiscalizar
...os gastos junto ao Tribunal
...Superior Eleitoral. Analistas
...políticos observam que o
...financiamento público pode
...ajudar também na fidelidade
...partidária, pois ninguém
...poderá ser candidato à reeleição
...se tiver mudado de partido.

O FIM DO CACIQUISMO?

Nas novas regras de composição das listas partidárias, está latente uma preocupação de políticos bem intencionados, lideranças sindicais, trabalhadores e legendas que querem uma boa Reforma Política: a manutenção do caciquismo, uma prática condenável de aliciamento de candidatos e de votos, comum principalmente nos estados do Norte e Nordeste. Por essa prática, os políticos de maior poder e influência poderiam beneficiar a si próprios e a apadrinhados na composição das listas partidárias. Diversas entidades, entre elas a CUT, que estão acompanhando os debates, já cobram da Comissão Especial da Câmara a adoção de salvaguardas no anteprojeto da Reforma Política, para evitar qualquer tipo de injustiça ou favorecimento na nova legislação eleitoral.



CUT cobra correção na tabela do IR

A decisão do governo, de manter o congelamento da tabela do Imposto de Renda em 2003, está provocando reação em diversos setores.

A CUT foi uma das primeiras entidades a se manifestar, por entender que a não correção é altamente prejudicial aos trabalhadores.

A posição da Central foi divulgada em nota oficial, onde lembra que o congelamento da tabela do IR sempre foi condenado com insistência pela entidade em anos anteriores, pois tem sido um instrumento de achatamento salarial praticado pelo mode-



Luiz Marinho, presidente da CUT: "congelamento é prejudicial"

lo neoliberal de gestão que antecedeu o atual governo.

A CUT lembra que o achatamento salarial terá por consequência a redução da renda da sociedade, o que seguramente implicará em mais retração econômica e mais desemprego.

Em nota oficial, a Central lembra que, em sua proposta de reforma tributária encaminhada ao Congresso Nacional, prevê a correção automática da tabela, o que considera fundamental para fazer justiça social e impedir que o Brasil continue no rumo das desigualdades.

A CUT também assinou carta, juntamente com outras centrais, como a CGT, a CAT (Central Autônoma dos Trabalhadores) e a CGTB, enviada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que cobram a correção da tabela do IR.

No documento, as centrais afirmam, entre outras coisas, que, a atualiza-

ção da tabela do IR foi, durante toda a gestão FHC, uma bandeira histórica do sindicalismo brasileiro e que, com várias categorias em campanha salarial e com a não-atualização da tabela,

parte significativa dos reajustes conquistados será automaticamente corroída, apenas pelo fato dos novos valores estarem enquadrados em novas faixas de contribuição com alíquotas mais elevadas.

Segundo o Dieese, em 2003 um montante de R\$ 5,3 bilhões deixará de

circular na economia em razão da não-atualização da tabela do IR conforme os percentuais devidos desde 1996. Isto, por sua vez, tem reflexos diretos na redução do consumo, da produção e do emprego. A CUT e demais centrais afirmam que este tipo de modelo de retração de renda apenas contribui para agravar ainda mais as dificuldades vividas pela economia, num momento em que o governo toma decisões bastante significativas na direção de promover a retomada do crédito e do consumo.

Para a CUT, o trabalhador é quem perde mais...

Convênio entre Fetec e AB beneficia bancários

Os bancários que estejam planejando tirar férias neste final de ano, ou início do ano que vêm, passam a contar com mais duas opções, a um custo baixo, em duas lindas regiões paraenses: a Praia de Leste, no litoral paraenses, e Porto Rico, às margens do Rio Paraná, na região de Paranavaí, onde poderão utilizar as sedes da Associação Banestado.

Isto é possível porque a Fetec-PR acaba de firmar um convênio com a AB, para utilização das colônias de férias da associação, por parte dos bancários e dependentes que pertençam ao quadro associativo dos sindicatos filiados à Fetec.

O contrato, que estabelece prioridade de utilização para os Associados da associação Banestado, prevê valores diferenciados das diárias de hospedagem, considerando os períodos de "baixa temporada", compreendido entre 15 de março e 1º de dezembro, a um custo de R\$ 28,00 por pessoa acima de nove anos, e o de "alta temporada", entre 16 de dezembro de 2003 e 14 de março de 2004, custando R\$ 35,00 por pessoa acima de nove anos. Esses valores são considerados baixos, se levar em conta a tabela de preços praticadas pelos hotéis e restaurantes do litoral, na temporada de férias.

Em ambos os casos as pessoas têm direito de hospedagem, café da manhã, almoço e jantar. Muitos bancários já conhecem as colônias de férias da Associação Banestado, que contam com boa infra-estrutura e atendem bem aos seus visitantes. Os serviços de bar e lanchonete não estão incluídos no preço da diária. Em Porto Rico, pagando mais R\$ 15,00 além da diária, o associado poderá utilizar barco e motor para pesca.

RESERVAS – A solicitação de reserva deve ser feita através de formulário próprio, que pode ser encontrado no site www.associacaobanestado.com.br. Após o recebimento, o setor de reservas informará sobre a existência de vaga. O conveniado deverá depositar o valor correspondente na conta-corrente da Associação e repassar o comprovante através do fax (41) 223-8189 e só depois será remetido o comprovante de reserva. Vale lembrar que ficará condicionada reserva da hospedagem à existência de vaga. Portanto, quem tem interesse em reservar uma vaga deve se apressar.

CUT-PR ORGANIZA SEMINÁRIO SOBRE A REFORMA SINDICAL E TRABALHISTA

Nos dias 13 e 14/11, em Curitiba, foi promovido pela CUT-PR o Seminário sobre a Reforma Sindical e Trabalhista. O Seminário foi voltado para os dirigentes sindicais e assessores jurídicos dos Sindicatos da CUT no Paraná e foi coordenado pelo atual Presidente da CUT Estadual, Roni Anderson Barbosa.

Para debater com os participantes os vários aspectos da Reforma Sindical e Trabalhista estiveram presentes: Prudente Silveira Melo, Coordenador do Coletivo Jurídicos da CUT-SC, que fez um histórico da CLT e seus mecanismos, como a unicidade e o imposto sindical e o poder normativo da justiça do trabalho; Roberto Von Der Osten, Secretário Geral do Seeb Curitiba, que relatou todos os debates já acontecidos no Fórum Nacional do Trabalho; Arthur Henrique da Silva Santos, Secretário de Organização da CUT Brasil, que expôs a posição da CUT sobre a Reforma Sindical e Trabalhista; Dr. Nasser, membro do Escritório de Defesa da Classe Trabalhadora, que assessora a CUT-PR e diversos sindicatos cutistas do Estado, que levantou várias dúvidas, do ponto de vista jurídico, sobre a implementação das reformas.

Representaram o PACTU Edilson José Gabriel (Umuarama), Mira Loi e Kika Francisco Ribeiro Salvador (Campo Mourão) e Áurio de Souza (Toledo). É importante registrar, também, a presença de Pedro Cícero Cassiano, Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Toledo.

Durante o Seminário foi iniciado o processo de reorganização do Coletivo Jurídico da CUT-PR, que terá uma reunião no dia 28/11, sob coordenação de Wilson Ramos Filho, também assessor jurídico da CUT-PR.

Após dois dias de debates, ficou reforçada a convicção dos participantes de que a reforma tem que acontecer e que as propostas da CUT precisam ser implementadas. Os participantes solicitaram à Direção da CUT-PR que multiplique o número de eventos para discutir o tema, a fim de que cada vez mais dirigentes e trabalhadores possam se colocarem a par dos encaminhamentos deste importante debate.

Fila de banco pode acabar

O desrespeito dos bancos à lei das filas pode acabar

A comissão de Defesa do Consumidor, da Câmara dos Deputados, aprovou no dia 10 último, um projeto que pune as instituições financeiras que deixarem o cliente esperando atendimento por mais de 30 minutos. A medida segue para análise da Comissão de Finanças e Tributação, se passar, vai a Plenário.

A novidade do projeto é que os bancos não vão mais poder alegar que quem regula o funcionamento bancário é o Banco Central, e assim têm ganhado liminares questionando diversas leis municipais e estaduais. Elas alegam que não seguem a lei porque só o BC pode legislar sobre o funcionamento bancário. "A nova lei vai acabar com essa desculpa dos bancos para não respeitarem o usuário", diz o deputado Ronaldo Vasconcellos (PTB-MG), relator da proposta, que tem como autor o atual ministro da Previdência, Ricardo Berzoini. Pelo novo projeto, os bancos deverão manter um sistema de senha para a comprovação do tempo de espera.

O usuário terá registrado o horário de entrada no banco e o horário de atendimento. As penalidades previstas para a instituição infratora são advertência e multa, que deverão ser aplicadas pelo Banco Central. A proposta prevê ainda que o BC disponibilize um número de telefone de discagem gratuita para a população registrar queixas, sugestões e denúncias sobre os serviços bancários. Levantamento do Procon-DF mostra que o campeão de reclamações é o Banco do Brasil, seguido do Bradesco, que não se preocupam em atender aos clientes no prazo máximo de 30 minutos. "Os bancos pagam as multas, mas não seguem a lei", ressaltava Gilsimar. As multas variam de 212 ufirs (R\$ 225,67) a 3 mil ufirs (R\$ 3.195).

PARANAVAÍ

AGRICULTURA FAMILIAR

Foi realizado dia 14 de novembro em Paranavaí o I Encontro da Agricultura Familiar da Região de Paranavaí, com a presença do Secretário Nacional da Agricultura Familiar, Valter Bianchini. O encontro reuniu lideranças classistas, autoridades governamentais e aproximadamente 800 pequenos produtores rurais, inclusive assentados da Reforma Agrária. O Encontro serviu para a troca



Botéquio e Neil com Valter Bianchini

de informações entre o governo e produtores, além de orientações sobre o acesso aos créditos do PRONAF. A conclusão geral do Encontro é de que os pequenos agricultores devem se organizar em associações para facilitar o acesso a crédito e assistência técnica, dentre outros meios para viabilização da pequena propriedade agrícola e da agricultura familiar, que é responsável hoje pelo fornecimento de mais de 70% dos alimentos básicos do brasileiro e pela maioria dos postos de trabalho no campo. Os diretores do Sindicato, Neil Emídio e Edmilson Botéquio participaram do evento.

1ª CAMINHADA ECOLÓGICA

Dia 15 foi realizada a 1ª Caminhada Ecológica de Paranavaí com objetivo de conscientizar a população sobre a importância da preservação ambiental e a atividade física para a saúde das pessoas. O percurso foi de oito quilômetros, passando por três riachos até o aterro sanitário da cidade, onde foi explanado sobre a Coleta Seletiva do Lixo e a função do Aterro. No trajeto, foi mostrado aos participantes, mais de 300, os bons e maus

exemplos no trato com o meio ambiente, como lixo nas estradas e beira de rios, desmatamento ciliar e erosão, também foi mostrado projetos de recuperação de mata ciliar no Ribeirão Suruquá, desenvolvido por professores e alunos da Fundação Bradesco de Paranavaí.

A Caminhada foi organizada pela Associação dos moradores do Jd. Ipê em parceria com diversas entidades e escolas.

Festa da discórdia

Foi o que aconteceu com a última confraternização promovida pela Associação Bamerindus, na cidade de Cascavel, no último dia 15/11. Pelo convite, não podia participar o cônjuge do associado. Aí mora a discórdia. Muitos associados não compareceram à confraternização pelo fato de não poderem levar seus com-

panheiros. A máxima é velha, mas é verdadeira: "Um bancário ou bancária só é bem sucedido(a) no seu trabalho, se tiver ao lado o apoio do seu cônjuge". Nada mais gratificante do que participar de uma confraternização com a família. Provavelmente não foi por maldade dos organizadores, talvez tenha sido por economia. Se

foi, fica a dica para da próxima vez analisar uma proposta de co-participação, com valores acessíveis para a participação de familiares. De qualquer forma, não consta que houve economia pra festa promovida pelo banco para os seus executivos, que se refestelaram em bons hotéis na Costa Saúpe, no litoral baiano.

Projeto "Todas as Letras"

alfabetizará 300 mil

O presidente nacional da CUT, Luiz Marinho, o Ministro da Educação, Cristóvão Buarque, e o Secretário Extraordinário de Erradicação do Analfabetismo, João Luiz Homem de Carvalho, assinaram protocolo de intenções para a implementação do projeto "Todas as Letras". A proposta é da CUT e integra o Programa Brasil Alfabetizado, de responsabilidade do MEC. O público alvo são os trabalhadores empregados e desempregados, do campo e da cidade, representados pelos sindicatos, federações e confederações filiadas à CUT, bem como os beneficiários do Programa Fome Zero. O "Todas as Letras" tem acompanhamento e orientação técnica da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, SEEA. A CUT vai elaborar um plano de trabalho contendo a identificação do ob-

jecto a ser executado, as metas a serem atingidas, as etapas ou fases de execução, o plano de aplicação dos recursos financeiros e seu cronograma de desembolso.

DESAFIO

Com o projeto, a CUT busca estabelecer um diálogo com outros atores/movimentos sociais organizados e com história no tema da educação de Jovens e Adultos, fundamental para potencializar o processo de disputa por políticas públicas de inclusão social. A entidade entende que um projeto de alfabetização com a envigadura deste que está propondo realizar e a partir do espaço no qual atua - sindical - deve estar articulado aos processos de desenvolvimento sustentável regional/local com vistas à estabelecer novas bases para as políticas públicas, e para o fortalecimento de or-

ganizações sociais que tenham como objetivo fazer avançar a democracia e a cidadania ativa em todos os espaços sociais e de trabalho. Dessa forma, romper com o estigma que pesa sobre os milhões de brasileiros analfabetos

é colocar em questão sua condição de vida, transformando em objeto de leitura a vida daqueles que foram silenciados por falta de atenção do Estado. Em todo o país, o projeto envolverá 4.000 educadores nos 26 estados e no Distrito Federal. O projeto cutista visa alfabetizar 300 mil pessoas, em três anos e terá carga horária anual de 360 horas para a capacitação dos educadores/alfabetizadores e de 400 horas em 10 meses nos módulos de alfabetização. No Paraná o projeto terá 194 turmas, o maior número entre os estados do Sul, e a meta anual do projeto no estado é alfabetizar 4.832 pessoas.

O Projeto tem reconhecimento e apoio do Ministério da Educação



Os sindicatos dos bancários de Campo Mourão, Toledo e Umuarama já têm experiência em trabalho de alfabetização, em parcerias com outros projetos da CUT, como a turma acima, do Recomeçar!

Na base do Pactu

Os Sindicatos do Pactu também estarão envolvidos diretamente na execução do projeto "Todas as Letras". Em Campo Mourão, a diretora Nivalda Sguissardi é a coordenadora do projeto em 22 cidades da região Noroeste, que engloba as turmas de Umuarama e Paranavaí. Além disso, o Seeb Campo Mourão será o responsável pela coordenação de 10 turmas. Em Umuarama, o Seeb será responsável por 10 turmas, em nove cidades da região, tendo à frente dos trabalhos o diretor Lindomar Aparecido Soares. Em Paranavaí o sindicato está articulando parceria com a regional da Secretaria do Trabalho para organizar as turmas. Já em Toledo a coordenação do projeto na região Oeste será de Clara Maria Schoffen (Sindicato dos Servidores Públicos), com 18 turmas em 13 cidades - entre elas Toledo, Marechal C. Rondon, Assis Chateaubriand, e Guaira. O diretor Aurio de Souza, do Seeb Toledo, estará auxiliando a coordenação do projeto na região Oeste.

CUT promove encontro sobre meio ambiente



Os recursos hídricos serão debatidos no Encontro Nacional

dia 18 e 19 de novembro, em São Paulo, e, além do problema da água, debateu questões polêmicas, como a liberação da soja transgênica, suscitando um amplo debate que envolve praticamente todos os setores da sociedade. Esse interesse pelos problemas socioambientais é extremamente necessário. Durante séculos prevaleceu no país um desenvolvimentismo que conseguiu implementar um crescimento econômico elevado, mas socialmente injusto e ambientalmente insustentável. Basta ver o problema da falta d'água em várias regiões. Em São Paulo, por exemplo, onde os reservatórios vêm secando ano-a-ano, sem uma solução por parte do

poder público. A CUT entende que o terreno político ambiental é um terreno em disputa e os trabalhadores não podem ficar de braços cruzados, passivamente. Vale lembrar que a CUT está comprometida com a luta ambiental desde o seu nascimento, e o seu histórico de lutas ambientais é vasto. Eventos como o Encontro Nacional de Meio Ambiente da CUT são importantes para oferecer à sociedade a possibilidade de intervenção em questões cruciais como a

defesa da biodiversidade, dos recursos hídricos, a necessidade de repensar a matriz energética, entre outros assuntos ligados ao meio ambiente.

Água e transgênicos serão debatidos em encontro promovido pela CUT...

Para contribuir com esse debate, estarão presentes personalidades como João Pedro Stédile, Henri Acserald, Pedro Ivo Batista, Rubens Born, entre outros. Além de contar com a presença de representantes de todas as CUTs estaduais, estarão presentes representantes de entidades como a FNU-CUT e FUP-CUT, com importante trajetória de lutas no campo ambiental.

Num momento em que há uma grande sensibilidade da sociedade para os problemas ambientais do país, em que, em algumas regiões, milhares de pessoas enfrentam a falta de água até mesmo para

o consumo essencial, a CUT organiza e promove o Encontro Nacional de Meio Ambiente. O encontro, que antecede a 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, convocada pelo Ministério do Meio Ambiente, foi realizado nos